

CARTA NACIONAL DAS JUVENTUDES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Brasília – DF, novembro de 2026.

À Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Educação;

À Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Saúde;

À Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Assunto: Carta Nacional das Juventudes do Programa Saúde na Escola – III Seminário Nacional do PSE.

Nós, jovens mobilizadores e mobilizadoras, extensionistas e estudantes de diferentes estados e regiões do Brasil, participantes do III Seminário Nacional do Programa Saúde na Escola (PSE) e da 1ª Mostra Nacional do Projeto Fortalece PSE, reunidos em um espaço de diálogo, reflexão e construção coletiva, apresentamos esta Carta como expressão das nossas vivências, percepções, demandas e propostas para o fortalecimento da promoção da saúde nos territórios e nos espaços escolares de todo o país.

A partir do diálogo entre juventudes de diferentes realidades e contextos sociais, reconhecemos que a saúde na escola ultrapassa a prevenção de doenças. Ela envolve o direito à educação, à alimentação adequada, à saúde mental, à diversidade, à inclusão, à dignidade, à participação social e à construção de ambientes seguros, acolhedores e saudáveis. Para isso, defendemos a intersetorialidade e a interseccionalidade como princípios permanentes das políticas públicas e das ações do PSE, compreendendo que a promoção da saúde exige a articulação entre diferentes setores e o reconhecimento das desigualdades sociais, raciais, territoriais, de gênero e das demais condições que atravessam as experiências das juventudes.

As discussões realizadas evidenciaram que as juventudes enfrentam desafios que, embora assumam diferentes características em cada território, possuem raízes comuns: desigualdades sociais, desinformação, falta de acesso aos serviços públicos, fragilidade da articulação entre saúde e educação, preconceitos, ausência de investimentos e insuficiência de espaços efetivos de participação juvenil.

Diante disso, apresentamos nossas recomendações para o fortalecimento do Programa Saúde na Escola:

1. Saúde mental, cultura de paz e prevenção das violências

Reconhecemos que o sofrimento psíquico, o bullying, o racismo, o feminicídio, a LGBTfobia, o capacitismo e as diferentes formas de violência comprometem a saúde e a permanência dos estudantes na escola. Defendemos o fortalecimento de ações permanentes de promoção da saúde

mental, acolhimento e prevenção das violências, com valorização da diversidade, respeito aos direitos humanos e enfrentamento de todas as formas de discriminação.

Recomendamos que o PSE amplie as ações de promoção da saúde mental nas escolas, articulando as equipes de saúde, educação e assistência social; fomente espaços permanentes de escuta e acolhimento dos estudantes; promova atividades de prevenção ao bullying e às violências; e fortaleça os fluxos de identificação, encaminhamento e acompanhamento dos estudantes que necessitem de atenção em saúde mental.

2. Saúde sexual e reprodutiva

Defendemos o acesso universal à informação segura, acessível, científica e livre de preconceitos sobre saúde sexual e reprodutiva, incluindo prevenção de HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis, direitos sexuais e reprodutivos, saúde menstrual e respeito à diversidade.

As discussões apontaram a desinformação, a resistência de familiares, os preconceitos e a falta de formação continuada dos profissionais como barreiras importantes. Também destacamos a necessidade de considerar as diferentes realidades das juventudes negras, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência e demais grupos historicamente vulnerabilizados.

Recomendamos que o PSE fortaleça e amplie as atividades educativas sobre saúde sexual e reprodutiva, assegurando informação científica, acessível e adequada às diferentes faixas etárias e realidades juvenis; promova campanhas de prevenção de HIV e outras IST; articule escolas e unidades básicas de saúde para facilitar o acesso à orientação e aos serviços; e garanta a formação dos profissionais para abordar essas temáticas de maneira acolhedora, responsável e livre de discriminação.

3. Alimentação saudável, atividade física e qualidade de vida

Entendemos que a desigualdade no acesso à alimentação adequada e às oportunidades de prática de atividades físicas compromete a qualidade de vida e aprofunda as desigualdades entre os estudantes.

A promoção de hábitos saudáveis não pode ser tratada apenas como responsabilidade individual, pois depende também das condições socioeconômicas, da infraestrutura escolar e das oportunidades oferecidas nos territórios.

Recomendamos que o PSE fortaleça as ações de educação alimentar e nutricional, incentive a realização de atividades físicas e práticas corporais inclusivas, articule iniciativas com os equipamentos públicos de esporte e lazer e promova discussões sobre segurança alimentar e nutricional, considerando as condições de vida das famílias e as desigualdades existentes nos territórios.

4. Vacinação e prevenção de doenças

Defendemos que a vacinação e a prevenção de doenças sejam tratadas como direitos fundamentais, com acesso facilitado aos serviços de saúde e ampliação da informação científica nos espaços escolares.

Recomendamos que o PSE fortaleça as estratégias de vacinação no ambiente escolar, em articulação com as equipes de saúde; promova campanhas de conscientização e enfrentamento à desinformação; incentive a verificação da situação vacinal dos estudantes; e amplie as ações de prevenção de doenças negligenciadas, considerando as necessidades epidemiológicas e sociais de cada território.

5. Saúde bucal e saúde ocular

Reconhecemos a importância da prevenção, da identificação precoce de problemas e do acesso contínuo aos serviços de saúde bucal e ocular, considerando seus impactos na aprendizagem, no bem-estar e na permanência escolar.

Recomendamos que o PSE amplie as ações de avaliação e orientação em saúde bucal e ocular, fortaleça os encaminhamentos para os serviços especializados quando necessários e acompanhe, em articulação com a rede de saúde, as demandas identificadas no ambiente escolar, garantindo que os estudantes tenham acesso ao cuidado adequado.

Recomendamos a ampliação de ações educativas práticas e contínuas sobre saúde bucal e ocular, por meio de oficinas, rodas de conversa e atividades pedagógicas adequadas às diferentes faixas etárias, contemplando todo o Ensino Fundamental I e II. Defendemos também o envolvimento das famílias e da comunidade na construção e continuidade dos hábitos de cuidado, fortalecendo a corresponsabilidade pela promoção da saúde. É fundamental ampliar a articulação entre escolas e Unidades Básicas de Saúde (UBS), garantindo avaliação, encaminhamentos efetivos, acompanhamento e acesso ao cuidado. Essas ações devem considerar as desigualdades socioeconômicas que dificultam o acesso aos serviços odontológicos e oftalmológicos, fortalecendo a rede pública e assegurando que a prevenção e o cuidado alcancem toda a comunidade escolar, e não apenas estudantes com necessidades aparentes.

6. Saúde auditiva e inclusão escolar

Destacamos que a inclusão escolar precisa ultrapassar o discurso e se concretizar nas condições cotidianas de aprendizagem e participação. As alterações auditivas, quando não identificadas e acompanhadas, podem produzir dificuldades de comunicação, isolamento e prejuízos à trajetória escolar.

Recomendamos que o PSE fortaleça as ações de identificação precoce de alterações auditivas, promova atividades de conscientização sobre saúde auditiva, incentive a formação dos profissionais da educação e da saúde sobre acessibilidade e inclusão e articule os encaminhamentos necessários para garantir o acompanhamento dos estudantes. É fundamental combater o capacitismo e todas as

formas de exclusão, assegurando que as diferenças sejam respeitadas e contempladas nas práticas escolares.

7. Prevenção do uso de álcool, tabaco e outras drogas

Defendemos que a prevenção do uso de álcool, tabaco e outras drogas seja construída a partir da informação, do diálogo, do acolhimento e da redução de danos, sem julgamentos ou estigmatização das juventudes.

Recomendamos que o PSE desenvolva ações educativas permanentes sobre prevenção do uso de álcool, tabaco e outras drogas, articulando profissionais de saúde, educação e assistência social; promova espaços de diálogo e acolhimento; incentive atividades culturais, esportivas e de lazer; e fortaleça a articulação com a rede de atenção psicossocial e os demais serviços de cuidado, respeitando as realidades vivenciadas pelas juventudes.

8. Saúde ambiental e territórios saudáveis

Reconhecemos que a saúde das juventudes está diretamente relacionada às condições ambientais e sociais dos territórios. A negligência governamental, a ausência de políticas públicas efetivas, a poluição, a falta de saneamento e a insuficiência de ações de educação ambiental comprometem a qualidade de vida das comunidades.

Recomendamos que o PSE amplie as ações de educação ambiental e mobilização comunitária, promova atividades sobre saneamento, acesso à água, descarte adequado de resíduos, poluição e preservação ambiental, além de fortalecer parcerias com instituições e organizações que atuam na defesa dos territórios. Defendemos também que os estudantes sejam incentivados a identificar problemas ambientais de suas comunidades e participar da construção de soluções coletivas.

Defendemos que a saúde ambiental seja tratada como prioridade estratégica e permanente do PSE, considerando os impactos das queimadas, da poluição, da contaminação da água, da falta de saneamento e da degradação ambiental sobre a saúde das comunidades. Recomendamos projetos contínuos de educação ambiental crítica, diagnósticos participativos dos territórios e ações de prevenção de riscos, articulados com unidades de saúde, universidades, organizações comunitárias e movimentos sociais, garantindo recursos e participação estudantil na identificação dos problemas e na construção de soluções. Não existe escola promotora de saúde em território adoecido.

9. Protagonismo juvenil e participação social na saúde escolar

Afirmamos que não existe política pública efetivamente comprometida com as juventudes sem a participação ativa das próprias juventudes em sua construção, implementação e avaliação.

Identificamos a falta de incentivo, o enfraquecimento dos espaços de organização estudantil, o distanciamento entre estudantes e gestão pública e a ausência de oportunidades de participação como obstáculos ao protagonismo juvenil.

Recomendamos que o PSE fomente a criação e o fortalecimento de grêmios estudantis, coletivos juvenis e demais organizações estudantis; incentive a formação de jovens mobilizadores e mobilizadoras e de multiplicadores e multiplicadoras de saúde; crie mecanismos permanentes de escuta e participação dos estudantes; e assegure que as juventudes participem da identificação das necessidades, do planejamento, da execução e da avaliação das ações desenvolvidas nas escolas.

Defendemos que a participação juvenil não seja limitada à presença dos estudantes nas atividades, mas reconhecida como parte fundamental da tomada de decisões e da construção das políticas públicas de saúde e educação.

NOSSOS COMPROMISSOS E REIVINDICAÇÕES

A partir das contribuições construídas coletivamente, reafirmamos que o fortalecimento do Programa Saúde na Escola depende de investimentos, articulação institucional, compromisso da gestão pública e, sobretudo, do reconhecimento das juventudes como sujeitos ativos na construção de uma sociedade saudável.

Diante disso, reivindicamos e recomendamos:

1. Ampliação das temáticas prioritárias do PSE: que sejam ampliadas e fortalecidas as temáticas prioritárias do Programa, assegurando maior atenção à saúde mental, à saúde ambiental e à saúde sexual e reprodutiva, com ações contínuas, planejamento específico e estratégias adequadas às realidades dos territórios. A saúde ambiental deve ser incorporada como eixo estratégico e permanente do Programa, deixando de ser abordada apenas em ações pontuais.

2. Participação efetiva das juventudes nos espaços de gestão: que o compromisso com as juventudes seja assumido também pelos Grupos de Trabalho Intersetorial Estaduais (GTI-E) e Municipais (GTI-M), por meio da construção de mecanismos permanentes de escuta, diálogo e participação efetiva das juventudes nos planejamentos nacional, estadual e municipal do PSE. Esses mecanismos devem respeitar as particularidades territoriais e garantir que as contribuições dos estudantes sejam consideradas nas decisões, e não apenas registradas formalmente.

3. Ampliação da participação das famílias e comunidades: que o PSE fomente a aproximação entre escolas, famílias e comunidades, por meio de reuniões de pais, mães e responsáveis, palestras, rodas de conversa, intervenções de extensão e outras atividades comunitárias. É necessário levar o debate sobre a saúde das juventudes para os espaços em que elas vivem e, ao mesmo tempo, trazer a comunidade para participar da discussão sobre a saúde das juventudes, fortalecendo vínculos e responsabilidades compartilhadas.

4. Formação continuada e qualificada dos profissionais: que sejam garantidas oportunidades permanentes de formação, atualização e qualificação para os profissionais da educação, da saúde e integrantes dos GTI-E e GTI-M diretamente envolvidos com o Programa. Essa formação deve considerar as necessidades dos territórios, as transformações do cotidiano das juventudes, as novas

demandas sociais e sanitárias e as práticas de promoção da saúde, assegurando maior qualidade e efetividade às ações desenvolvidas.

5. Construção transversal do conhecimento e valorização das vivências estudantis: que o PSE fomente práticas educativas transversais e participativas, integrando os conhecimentos da saúde e da educação às experiências, vivências e realidades dos estudantes. Defendemos que as juventudes sejam reconhecidas como produtoras de conhecimento e participantes ativas na construção de uma sociedade saudável, valorizando experiências de mobilização e educação popular, como as desenvolvidas pelo Fortalece PSE.

6. Ampliação das parcerias com as universidades: que sejam fortalecidas e ampliadas as parcerias entre o PSE e as instituições de ensino superior, especialmente por meio de projetos de extensão, pesquisa e formação. Defendemos a aproximação de estudantes de graduação de áreas relacionadas à saúde, educação, ciências humanas e sociais e demais campos afins, incentivando sua participação nas atividades do Programa e promovendo a integração entre universidade, escola, serviços de saúde e comunidade. Defendemos também o fortalecimento da integração entre escola e serviços de saúde, de modo que a articulação entre saúde e educação aconteça de forma permanente e recíproca, não se limitando à ida dos profissionais de saúde às escolas. É fundamental promover também a aproximação das escolas com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e demais serviços da rede, por meio de visitas educativas, atividades nos equipamentos de saúde, rodas de conversa e vivências que permitam aos estudantes conhecer os serviços disponíveis, compreender os fluxos de atendimento e reconhecer a UBS como espaço de acolhimento, prevenção e cuidado. Essa aproximação deve envolver também os profissionais da educação, fortalecendo o diálogo entre as equipes e a construção compartilhada de ações, encaminhamentos e acompanhamento das necessidades de saúde dos estudantes.

7. Fortalecimento da intersetorialidade e da interseccionalidade: que esses princípios orientem permanentemente o planejamento, a execução e a avaliação das ações do PSE, promovendo a articulação entre políticas públicas e reconhecendo as diferentes condições sociais, raciais, territoriais, culturais, de gênero e de deficiência que atravessam a vida dos estudantes.

8. Garantia de investimentos e condições de execução: que sejam assegurados recursos financeiros, infraestrutura, materiais e condições institucionais para que as ações do Programa sejam realizadas de maneira contínua, qualificada e adequada às necessidades de cada território. Que sejam garantidos também recursos e planejamento para projetos contínuos de educação ambiental, prevenção de riscos e promoção de territórios saudáveis.

9. Fortalecimento da comunicação e do acesso à informação: que o PSE amplie suas estratégias de comunicação com as juventudes, utilizando linguagens acessíveis, ferramentas digitais e metodologias participativas para combater a desinformação, divulgar os serviços disponíveis e aproximar os estudantes das políticas públicas de saúde.

10. Construção de fluxos de atendimento às vítimas de violência sexual: recomendamos que o PSE fomente a elaboração e implementação de fluxos de atendimento e encaminhamento de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, orientando os profissionais da educação e da Atenção Básica sobre os procedimentos de acolhimento, proteção, notificação e encaminhamento aos serviços da rede de atendimento. Defendemos que esses fluxos sejam construídos de forma intersetorial, considerando os serviços disponíveis em cada território, acompanhados de materiais orientadores e formação dos profissionais, garantindo atendimento humanizado, proteção integral e prevenção da revitimização.

Esta carta não representa apenas o registro de uma atividade ou o resultado de um encontro. Ela expressa a compreensão de que as juventudes precisam ser reconhecidas como sujeitos de direitos, capazes de identificar os problemas de seus territórios, produzir conhecimentos, propor soluções e participar ativamente da transformação da realidade.

Não queremos ser apenas destinatários e destinatárias das políticas públicas: queremos participar de sua construção. Não queremos apenas ser ouvidos e ouvidas em momentos pontuais: queremos ocupar os espaços de decisão. Não queremos uma escola que apenas fale sobre saúde, mas uma escola que promova saúde, acolha as diferenças, enfrente as desigualdades e garanta condições dignas de desenvolvimento para todas as pessoas.

Por isso, convocamos os governos, gestores e gestoras públicas, Grupos de Trabalho Intersetorial, instituições de ensino, universidades, profissionais de saúde e educação, famílias e toda a sociedade a reconhecerem a importância das juventudes e assumirem o compromisso com a efetivação das recomendações aqui apresentadas.

Que o Programa Saúde na Escola seja cada vez mais um espaço de diálogo, transformação, participação social e garantia de direitos. Que a intersetorialidade e a interseccionalidade sejam práticas permanentes, que a participação juvenil seja efetiva e que nossas vozes não se encerrem neste documento, mas continuem presentes nos territórios, nas escolas, nos serviços de saúde e nos espaços de formulação das políticas públicas.

Porque falar sobre a saúde das juventudes é, necessariamente, garantir às juventudes o direito de falar, participar e decidir sobre o próprio futuro.

Juventudes protagonistas, escolas saudáveis e políticas públicas construídas com participação popular!

Carta construída coletivamente a partir das contribuições de jovens mobilizadores e mobilizadoras, extensionistas e estudantes participantes do III Seminário Nacional do Programa Saúde na Escola e da 1ª Mostra Nacional do Projeto Fortalece PSE, no âmbito do Fortalece PSE.